

Ronaldo quer lei complementar para o setor de petróleo

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) anunciou ontem sua intenção de apresentar emenda ao projeto de lei ordinária de iniciativa do Executivo regulamentando o dispositivo constitucional, aprovado no ano passado, que permite a empresas privadas explorarem a atividade petrolífera no Brasil. Ele pretende que a matéria ganhe a condição de lei complementar, que exige *quorum* qualificado.

Relator da proposta de emenda que flexibilizou o monopólio do petróleo, o senador disse que o presidente da República cumpriu, em praticamente todos os pontos, o compromisso expresso formalmente em documento que, encaminhado na

quele ocasião ao Senado, fez parte integrante e inseparável de seu parecer. Ronaldo declarou, porém, que

Fernando Henrique Cardoso deixou uma promessa não cumprida, ao não encaminhar a proposição em forma de lei complementar. O senador disse que espera o apoio do Senado para garantir o *status* merecido à norma reguladora do setor petróleo no Brasil.

Governo fez pouco na área social, diz Júnia

Para a senadora, governo não deveria exagerar nas comemorações dos dois anos do Plano Real.

Página 6



A Comissão de Justiça acata parecer de Cabral (ao centro) favorável à emenda constitucional

Comissão aprova emenda que limita a criação de municípios

Relator Bernardo Cabral diz que objetivo é evitar a ampliação de gastos públicos representada pela contratação de funcionários

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem, por unanimidade, parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) favorável à proposta de emenda constitucional oriunda da Câmara dos Deputados que limita a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios.

De acordo com a proposta de emenda, que precisa ainda de aprovação em dois turnos pelo plenário do Senado, a criação de municípios dependerá de plebiscito junto às populações envolvidas, e será proibida na época das eleições municipais.

Bernardo Cabral destacou em seu parecer que o crescimento do número de municípios no Brasil vem causando perplexidade na opinião pública, principalmente devido ao impacto causado nas finanças

públicas.

- Um novo município, ao ser instalado, requer de imediato a criação de, no mínimo, 11 cargos eletivos, todos remunerados - prefeito, vice e nove vereadores. São inevitáveis outras despesas decorrentes da criação de inúmeros cargos públicos, a serem preenchidos mediante concurso público, além de gastos com aquisição de mobiliário, materiais e equipamentos - observa o relator.

Presidida pelo senador Íris Rezende (PMDB-GO), a Comissão de Justiça aprovou também por unanimidade as indicações dos nomes de João Orestes Dalazen e Milton de Moura França para os cargos de ministro do Tribunal Superior do Trabalho. As indicações, feitas pelo presidente da República, foram apreciadas pelo plenário do Senado à tarde.

Lançada cartilha para candidatas a vereadoras

A Cartilha para Mulheres Candidatas a Vereadoras foi lançada ontem de manhã em solenidade realizada no Salão Negro do Congresso. O evento contou com a participação das bancadas femininas. **Página 7**

Plenário presta homenagem a Franco Montoro

O Senado dedicou ontem os primeiros 60 minutos de sua sessão para homenagear o ex-senador, ex-governador e atual deputado federal Franco Montoro, que está completando 80 anos de idade. **Página 8**

Mauro defende reforma administrativa

Para senador, julgamento da população será impiedoso neste ano eleitoral, caso o Congresso recuse as mudanças propostas pelo governo, "cedendo à demagogia"

Ademir pede maior atenção do governo para a Amazônia

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), argumentando que a Amazônia e o Pará merecem maior consideração do governo, reivindicou ontem mais investimentos e programas sociais, porque "a retribuição ao País será ainda maior, em escalão grande quanto a da própria região."



Ademir

Argumentou o senador que o desenvolvimento, por ser processo multidimensional, deve ser avaliado globalmente, abrangendo variáveis de diversas naturezas, dizendo achar muito estranho que tais princípios não sejam aplicados às diferentes regiões e populações de uma nação.

Ademir enfatizou que a qualidade de vida distribuiu-se de modo profundamente desigual no País, tanto entre classes sociais como entre regiões, citando o relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

"Ou mudamos a lei, ou dentro de dois anos as guilhotinas dos tribunais de contas vão reviver o clima da Revolução Francesa", afirmou ontem em plenário o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao sustentar que a reforma administrativa é um novo desafio para a imagem do Congresso diante da opinião pública. O senador entende que ou o Legislativo tem coragem para mudar e garantir a governabilidade nos estados e municípios, ou mais uma vez deixa de assumir responsabilidades com o futuro, "perpetuando a cultura paternalista que marca a história do Estado brasileiro".

CONFRONTO

Lembrando que, na Câmara, a questão da quebra da estabilidade do servidor público colocou em confronto o relator da matéria, deputado Moreira Franco, e o governo, o senador disse que se o Executivo perder essa batalha o julgamento da população, neste ano eleitoral, será impiedoso, com a idéia de que o Congresso cedeu novamente à demagogia. Ele lamentou as versões terroristas



Mauro lamenta "versões terroristas"

que chegam à opinião pública, segundo as quais "quem não for amigo do poder vai perder o emprego".

Mauro reconheceu que o próprio governo foi ineficiente em orientar corretamente a opinião pública, e defendeu a tese de que "a melhor segurança é o salário justo, que oferece dignidade". Na opinião do senador, a falta de política salarial do governo está devastando o equilíbrio social e emocional das famílias, daí por que, advertiu, se essa política continuar, a reforma nem mais será necessária. "Vamos entrar no limiar de uma debandada, com os bons procurando a iniciativa privada e os incompetentes derrubando o nível da qualidade do serviço público", acrescentou.

Comissão Diretora aprova criação do Coral do Senado

Está aprovada a criação do Coral do Senado Federal. A decisão da Comissão Diretora atende ao interesse dos servidores da Casa em desenvolver uma atividade artística em grupo. O coral, que será subordinado ao diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e regido pelo frei Joel Postma, integra o programa de modernização implantado pelo presidente José Sarney.

O consultor legislativo Francisco Braga, autor da idéia, explicou que a atividade propicia treinamento para maior disciplina, espírito de cooperação e trabalho em equipe. Segundo ele, o coral representará o Senado em Brasília e em todo o País, além de abrilhantar eventos e datas efêicas. Os coralistas serão selecionados entre os servidores do Senado, no dia 1º de agosto. Os interessados devem ligar para Lisane, nos ramais 4378 e 1265.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h30 - Preside reunião da Comissão Diretora.

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PLC nº 4/96, que regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal (escuta telefônica); *PDL nº 39/96, que aprova o texto da Resolução A.735 (18), da Organização Marítima Internacional (IMO), aprovada em 4.11.93, a qual emenda a Convenção Constitutiva da IMO; terceiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 23/96, que trata da ineligibilidade; *PLS nº 25/95, que institui a revisão judicial dos valores atribuídos aos imóveis desapropriados, por interesse social, para fins de reforma agrária; e *PLS nº 41/96, que introduz alterações na Lei nº 8.629/93 (desmembramento de terras).

COMISSÕES

10h - Comissão destinada a definir uma Política para o Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *Emenda de plenário ao PLC nº 16/96 (não terminativo), que dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências; e *PLC nº 38/96 (não terminativo), que acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e dá outras providências. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA SEXTA-FEIRA (12.07.96)

PLENÁRIO

9h - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 23/96.

Gastos em propaganda foram maiores que verbas para reforma agrária, diz Amorim

No primeiro semestre, o Incra repassou R\$ 3,27 milhões para 26 estados, menos de um terço dos gastos com propaganda, denuncia senador

Com uma listagem nas mãos, o senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) criticou ontem os baixos valores que o Incra repassou às suas delegacias estaduais até o último dia 22, insuficientes em alguns casos até mesmo para manutenção dos escritórios. "Um governo que gasta R\$ 10 milhões de propaganda dos dois anos do Real não poderia repassar apenas R\$ 1.043,00 para Alagoas realizar reforma agrária", citou. No primeiro semestre, o Incra repassou R\$ 3,27 milhões para 26 estados, menos de um terço dos gastos da propaganda.

Conforme os dados que mostrou, o estado de São Paulo, palco de grandes invasões de terras, recebeu do Incra apenas



Amorim: mais atenção à reforma
R\$ 29,8 mil para reforma agrária. "Por que nós devemos sustentar o governo no Senado, se ele é incapaz de sustentar o Incra em Rondônia?" - questionou. Apesar disso, Amorim manifestou a esperança de que o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, determinará a imediata atuação do In-

crá para organizar a ocupação das terras dos municípios de Campo Novo e Buritis, em Rondônia, permitindo o assentamento de, pelo menos, 2 mil famílias de agricultores sem terra, além das 3 mil que já ocupam pequenas posses na região.

Ernandes Amorim, que esteve com o ministro no último dia 4, disse que Jungmann prometeu, entre outras medidas, concluir os processos de desapropriação ainda pendentes na área. O senador explicou ser grave a situação local, onde terras públicas e privadas têm sido griladas, pequenos posseiros se encontram acuados diante dos grandes interesses que a região desperta e a exploração madeireira é feita de forma descontrolada e predatória.



Romeu Tuma

Tuma destaca "megaevento" de cientistas

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) afirmou ontem que a 48ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que está sendo realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, constitui um "megaevento científico e cultural, um monumental espetáculo de busca e difusão do conhecimento".

Tuma participou de uma mesa-redonda sobre o tema "Drogas - Ação e Reação", integrada por especialistas na área. Segundo o senador, eles concordaram que o uso de drogas é, principalmente, um caso de saúde pública, além de policial. Diante disso, os expositores defenderam que o simples usuário deve ser "despenalizado"; o traficante, contudo, não deve obter nenhuma condescendência legal, afirmou.

Ele disse que a SBPC, paralelamente aos cursos, comunicações, simpósios, mesas-redondas, conferências e encontros, realiza também a IV SBPC-Jovem, com mais de 2 mil trabalhos inscritos. O senador cumprimentou os organizadores do evento pela sua importância para a pesquisa e a divulgação científicas brasileiras.

Palmeira propõe apoio aos microprodutores

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) apresentou projeto que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Incentivo à Atividade Rural (Pronar), com vistas a garantir aos microprodutores rurais do Nordeste o acesso ao crédito de custeio e de investimento.

Guilherme Palmeira entende que a medida é indispensável para socorrer esses trabalhadores que, sem recursos para se recuperarem das secas que castigaram a região nos últimos anos, migram para as grandes cidades. Ele disse que essa situação tem provocado a queda na produção das culturas básicas, o empobrecimento da área rural e o agravamento dos problemas urbanos do Nordeste.

Pela proposição, o Pronar



Palmeira sugere programa
contará com 30% dos recursos do Banco do Brasil destinados anualmente ao crédito rural; recursos orçamentários com dotação específica; e 30% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O projeto define como microprodutor rural o proprietário ou não dos meios de produção necessários ao desen-

volvimento de suas atividades econômicas, em área única e contínua cujo total seja igual ou inferior a 50 hectares.

- As limitações de crédito impostas a pequenos produtores são reconhecidas pelos bancos que operam na região. Malgrado os esforços do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste para oferecer crédito subsidiado àqueles produtores, o gradativo empobrecimento destes se reflete na participação cada vez mais diminuta no montante dos financiamentos contratados - afirmou o senador, esclarecendo que os grupos menos aquinhoados de agricultores não possuem as condições financeiras estipuladas ou não podem atender às garantias exigidas, atualmente, pelas agências oficiais de crédito.

Suplicy questiona o afastamento de delegadas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, indagando sobre as razões do afastamento da delegada Mônica Moreira da Rocha e da delegada substituta Fátima Maria Gondim Bezerra Faria, da Delegacia da Receita Federal do Ceará, já que, na opinião do parlamentar, ambas estavam empenhadas em cobrar mais eficazmente o ITR (Imposto Territorial Rural). No mesmo requerimento, ele indaga se o ministro considera o ITR importante instrumento de estímulo ao uso produtivo da terra e de justiça fiscal.

Conforme explicou Suplicy, esse imposto foi concebido como braço fiscal da reforma agrária, com o objetivo de impedir a manutenção do latifúndio improdutivo, ocorrendo, entretanto, que o caráter progressista da lei que o criou - o Estatuto da Terra - vem sendo minado há três décadas, em razão das "hábeis manobras das oligarquias fundiárias do País". Em sua opinião, a ineficácia fiscal e a inocuidade fundiária do ITR foram "arquitetadas e geridas de forma a impedir qualquer penalização sobre o latifúndio improdutivo".

Suplicy deseja ainda que o ministro da Fazenda esclareça as razões que levam o governo a registrar arrecadação tão írisória do ITR e os motivos que levaram à decisão de afastar de postos-chaves pessoas que, no seu entender, se empenhavam no trabalho de reverter esse quadro.

Jáder pede convocação de Klein para explicar cortes

Situação da malha rodoviária preocupa senador, que destaca a precariedade de estradas do Pará e de toda a Amazônia

O líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho (PA), apresentou ontem requerimento de convocação do ministro dos Transportes, Odacir Klein, para que ele explique ao plenário do Senado a política de descentralização administrativa e de desestatização conduzida por sua pasta, assim como a falta de recursos orçamentários para a manutenção das estradas do País. "Lamentavelmente estamos a assistir a manifestações de apreensão em



Jáder Barbalho

relação à situação da malha rodoviária e de outras atividades do Ministério dos Transportes", afirmou.

Ao referir-se aos drásticos

cortes no orçamento daquele ministério, Jáder Barbalho mencionou as dificuldades por que passa o povo do seu estado, o Pará, e da região amazônica, cujas estradas, conforme disse, se encontram em situação de total precariedade, entre elas a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá. "Consideramos adequada a vinda do ministro ao plenário, para que ele possa nos esclarecer sobre todas essas preocupações", acentuou Jáder.

Bonifácio defende a conclusão da Norte-Sul

O senador José Bonifácio (PTB-TO) informou ontem que uma missão técnica do Ministério dos Transportes esteve recentemente no Banco Mundial, onde apresentou

estudo de viabilidade do Corredor de Transporte Multimodal Centro-Norte. Segundo o senador, para dar prosseguimento às negociações para o financiamento da primeira etapa dessa obra, o banco enviará, no final de agosto, uma equipe técnica ao Brasil.

Ele explicou que, como parte integrante desse Corredor de Transporte Multimodal, a Ferrovia Norte-Sul fortalecerá a infra-estrutura de transporte necessária ao escoamento da produção agropecuária e agroindustrial do Cerrado Setentrional brasileiro. A conclusão dessa obra, conforme acentuou, permitirá a co-

nexão com a hidrovía Tocantins-Araguaia, propiciando a movimentação de 10 milhões de toneladas/ano de grãos, fertilizantes, calcário e combustível, além de uma redução de 40% nos custos dos fretes dessa produção até o porto de Ponta da Madeira, em São Luís (MA).

Bonifácio assinalou que já estão concluídos e em operação os primeiros 107 quilômetros da Ferrovia

Norte-Sul, entre os municípios de Açailândia e Imperatriz. Traçando um histórico dessa ferrovia, José Bonifácio disse que foi em 1987 que a empresa Valec recebeu do governo federal a incumbência de planejar e coordenar a implantação desse projeto interligando as regiões Norte e Centro-Sul do País e integrando os modais de transporte existentes.



Jose Bonifacio

Gilvam Borges denuncia obra em área tombada

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que a construtora Norberto Odebrecht está construindo um posto de pedágio

em um trecho da rodovia Rio de Janeiro-Juiz de Fora, tombado pelo patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais.

- Conforme o regimento de tombamento vigente, não poderia o trecho ser pintado nem restaurado sem autorização do poder público, que não foi dada - disse.

Citando notícia de *O Globo*, Gilvam afirmou que a obra vai descaracterizar o trecho, além de afetar o abastecimento de água. A Odebrecht não possui licença para a edificação, que será localizada em área de preservação permanente.

- Só essa irregularidade já permitiria procedimento criminal contra seus autores, por constituir-se em contravenção penal, prevista no Código Florestal - afirmou.



Gilvam

Telefonia celular será votada na terça

Projeto que permite a participação da iniciativa privada no setor poderá receber emendas até a próxima segunda-feira. Pareceres dos relatores são favoráveis à mudança

Um pedido de vista coletivo adiou para a próxima terça-feira (dia 16) a votação, nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura, do projeto que permite a participação da iniciativa privada na telefonia celular, nos serviços de satélites e de comunicação de dados. Os pareceres das três comissões - elaborados, respectivamente, pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Osmar Dias (PR) e Hugo Napoleão (PFL-PI) - foram favoráveis a essa etapa da reforma no setor.

Até a próxima segunda-feira, às 14h, poderão ser apresentadas emendas à proposta, conforme anunciou o presidente da CCJ, senador Iris Rezende (PMDB-GO), em nome dos presidentes das três comissões. O pedido de vista foi encabeçado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele argumentou que a matéria é muito complexa, envolve vários aspectos técnicos e uma diversidade grande de interesses.

OS PARECERES

A reunião de ontem das três comissões foi iniciada com a apresentação, pelo senador Ney Suassuna, do parecer da CCJ, emitido em conjunto com o da CAE. O senador considerou o projeto constitucional e jurídico, e sugeriu pequenas mudanças de redação. Após anunciar seu parecer, Suassuna disse que se tratava de um "projeto de progresso", que pretende acelerar o desenvolvimento das telecomunicações, e, por consequência, da economia do País.

Pela CAE, o senador Osmar Dias apresentou números para justificar a importância do projeto. Informou que há uma estimativa de demanda reprimida de mais de 5 milhões de terminais de telefonia móvel celular, que apenas um quinto



As três comissões, reunidas ontem, acataram pedido de vista coletivo para o projeto de telefonia

das residências e a metade dos estabelecimentos comerciais possuem terminais telefônicos, e que, na área rural, mais de 90% dos estabelecimentos não têm acesso à telefonia.

Ney Suassuna e Osmar Dias foram contrários a 14 das 16 emendas apresentadas, acolhendo apenas as relativas ao aperfeiçoamento da técnica legislativa. Já Hugo Napoleão aprovou o projeto com três

emendas. A primeira, do senador Freitas Neto (PFL-PI), determina que as empresas concessionárias exploradoras do serviço móvel celular coloquem em atividade 3% dos acessos instalados como telefone de uso público, implantados em rodovias, pontos de convergência e comunidades rurais.

As outras emendas são do próprio Hugo Napoleão: uma

substituiu a expressão "Serviço Móvel Celular" por "Serviço de Telefonia Celular", criando condições para que o mercado se prepare para os telefones fixos, e a outra prevê que os recursos provenientes da cobrança pelo direito de exploração dos serviços de telecomunicações sejam dirigidos especialmente aos serviços deficitários de interesse social e aos de acesso coletivo.

CAE aprova emissão de títulos para pagar dívida paulista

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), sob a presidência do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), aprovou ontem

pedido do governo de São Paulo para lançar cerca de R\$ 604 milhões, em títulos, cujos recursos serão utilizados no pagamento de dívidas que estão sendo cobradas na Justiça. A autorização foi dada depois de longo debate em torno do aumento das dívidas estaduais. Os senadores Wilson Kleinübing (PFL-SC) e Esperidião Amin (PPB-SC), que votaram contra, alertaram para o precedente

Autorização foi dada depois de longo debate

que se está criando, pois a Resolução nº 69/95 do Senado impede que os estados aumentem sua dívida em títulos. A decisão da CAE não é definitiva, depende de aprovação do plenário do Senado para ser efetivada.

Na mesma reunião foi aprovada solicitação do governo da Bahia para contratar operação de crédito junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), no valor de R\$ 19,5 milhões. A matéria teve como relator Waldeck Ornelas (PFL-BA). Também foi aprovado o pedido do governo de Pernambuco para

tomar empréstimo junto ao Banco do Nordeste, no valor de R\$ 25,7 milhões, no âmbito do Prodetur. O relator foi Joel de Hollanda (PFL-PE).

A comissão aprovou ainda solicitação do governo de Goiás, para que possa assumir a totalidade da dívida do BD-Goiás, em liquidação ordinária, perante o sistema BNDES, no valor de R\$ 87,6 milhões. O pedido teve como relator Onofre Quinan (PMDB-GO). Também foi aprovado pedido da Prefeitura de Bauru (SP), relatado por Ademir Andrade (PSB-PA), para contratar operação de crédito junto ao Chase Manhattan S.A., no valor de R\$ 10 milhões. Todas essas matérias serão submetidas a decisão final do plenário do Senado.

Governo fez muito pouco para tanta comemoração, considera Júnia Marise

Líder no PDT no Senado pondera: "Melhor seria se o governo tentasse explicar, com honestidade e sem demagogia, por que as contas públicas se deterioraram no ano passado"

A senadora Júnia Marise (MG), líder do PDT, afirmou ontem que o governo não deveria exagerar nas comemorações dos dois anos do Real porque fez pouco na área social e ainda permitiu uma verdadeira deterioração das contas públicas. "É bom convivermos com a estabilidade da moeda, mas já passou da hora de o governo transportar os ganhos do Real para a educação, para a saúde, para os transportes e para a habitação", disse.

Conforme a senadora, "ao invés de tentar passar para o povo a idéia distorcida de que o Plano Real já é um su-



Júnia Marise

cesso", melhor seria que o governo tentasse explicar, "com honestidade e sem demagogia", por que as contas públicas se deterioraram no ano passado. Júnia Marise quer ainda que o Palá-

cio do Planalto informe à população "por que a ajuda aos bancos fez a dívida pública crescer mais de 150% no Plano Real".

Depois de criticar "a propaganda com dados inverídicos" publicada no último fim de semana pelo Banco Central sobre aumento no consumo de alimentos, Júnia Marise afirmou que vários setores da economia enfrentam dificuldades por causa do próprio Plano Real. Como exemplo, citou a crise dos fundos de pensão das estatais e o aumento das dívidas das pequenas e médias empresas, de 29% para 57%.

Mongólia e Benin ganham embaixadores

O plenário do Senado aprovou ontem os nomes de novos embaixadores e ministros de tribunal federal. O embaixador Sérgio de Queiroz Duarte irá acumular a embaixada na China, onde serve atualmente, com a da Mongólia, enquanto Geraldo Afonso Muzzi, embaixador na Nigéria, representará também o Brasil na República do Benin.

O Tribunal Superior do Trabalho terá novos ministros. O plenário concordou com a indicação dos juizes Milton de Moura França e João Orestes Dalazen para o cargo de ministro togado do TST. José Carlos Perret Schulte teve seu nome aprovado para suplente de ministro classista do mesmo tribunal.

Comissão de Orçamento aprova contas de Itamar

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem parecer do senador Bello Parga (PFL-MA) favorável às contas do governo federal referentes ao exercício de 1994, quando Itamar Franco era o presidente da República.

As ressalvas incluídas por Bello Parga, com base em relatório prévio do TCU, serão votadas depois que aquela corte esclarecer as indagações que lhe foram encaminhadas pelo presidente da comissão, deputado José Sarney Filho.

Entre essas ressalvas, o relator propôs que se determine ao TCU a realização de auditorias destinadas a verificar se houve prejuízo ao erário na operação de aquisição de títulos feita no mercado secundário pelo Banco Central, no valor de US\$2



Bello Parga

bilhões, para negociação da dívida externa.

KANDIR NO SENADO

Por unanimidade, também foi aprovada convocação para que o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, compareça à comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre critérios para assinatura de convênios oriundos de emendas parlamentares.



Onofre Quinan

Quinan defende que gás boliviano chegue até Goiás

O senador Onofre Quinan (PMDB-GO) solicitou ontem à Petrobrás que o gasoduto que trará o combustível da Bolívia para o Brasil chegue também a seu estado. O senador salientou a importância do empreendimento para o País, mas alegou não entender por que "deixar de fora, num investimento de tamanha importância e de tal envergadura, um estado geograficamente situado em posição favorável, como o estado de Goiás".

Ele disse contar, no encaminhamento do pleito, com o apoio dos outros senadores goianos, Íris Rezende (PMDB) e Mauro Miranda (PMDB), e com o entusiasmo do governador Maguito Vilela, que, segundo Quinan, propõe-se a uma "participação efetiva e destacada, com vista à consecução do objetivo."

Bancada feminina lança cartilha para candidatas

"Esse é o momento de virada na luta pelo espaço das mulheres na política", conclama a senadora Emília Fernandes, representante do movimento "Mulheres sem Medo do Poder"

Em solenidade realizada na manhã de ontem, no Salão Negro do Congresso Nacional, foi lançada a *Cartilha para Mulheres Candidatas a Vereadoras - 1996*. A publicação é de iniciativa do movimento "Mulheres sem Medo do Poder", que objetiva a ampliação da representação política feminina, e é representado no Senado pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS).

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) saudou, em nome da Mesa Diretora do Senado, a crescente presença da mulher na política, afirmando que as mulheres vivem "um bom momento" para seu engajamento na vida pública. Ele disse que a maior participação da mulher dará mais qualidade às atividades parlamentares e de governo, "além de torná-la mais bonita".

Por sua vez, Emília Fernandes considerou um amadurecimento do Congresso a aprovação da Lei nº 9.100/95, que determina que 20% dos car-



Emília, no lançamento da cartilha, defende a construção de uma sociedade mais equânime e igualitária

gos em chapas proporcionais dos partidos sejam compostos por mulheres. Segundo a senadora, "esse é um momento de virada na luta pelo espaço das mulheres na política brasileira".

- Vivemos uma época de mudanças muito rápidas. Vamos fazer política com uma nova cara. Vamos praticá-la como um ato de fraternidade,

de solidariedade, de união, para construir uma sociedade mais equânime e igualitária - disse a senadora.

O evento contou, ainda, com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, das senadoras Marina Silva (PT-AC) e Regina D'Assumpção (PTB-MG) e dos senadores Romeu Tuma (PSL-SP), Ber-

nardo Cabral (PFL-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP), entre outros parlamentares.

A primeira-dama, dona Ruth Cardoso, enviou mensagem parabenizando a bancada feminina do Congresso pelo lançamento da cartilha e desejando cada vez mais sucesso para a campanha "Mulheres sem Medo do Poder".

Suplicy comemora conquistas e desafia: "É preciso mudar e escutar a outra metade da população"

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizou a bancada feminina no Congresso por ter assegurado uma cota mínima de 20% de mulheres candidatas aos cargos legislativos do País, medida que já valerá para as eleições municipais de outubro deste ano. Ele também louvou o lançamento nacional da campanha "Mulheres sem Medo do Poder", cujo objetivo é estimular as mulheres a se filiarem a partidos políticos.

"A política no nosso

País foi sempre um espaço masculino e é preciso mudar isso e escutar a outra metade da população - as mulheres", disse o senador. Ele lembrou que na Suécia as parlamentares constituem 43% dos representantes, sendo este também um país exemplar no atendimento das necessidades sociais e econômicas do cidadão. "Ao tornarmos as mulheres mais atuantes na política, podemos construir uma sociedade mais justa e igualitária", disse ainda o senador.

Ele citou a deputada Mar-



Eduardo Suplicy

ta Suplicy (PT-SP) para afirmar que "a mulher pode ver as coisas sob um outro ângulo e lembrar aspectos que estão sendo esquecidos

ou relegados pelos parlamentares homens". Lembrou também que o Brasil detém tristes recordes no campo das desigualdades - sociais, regionais, raciais e políticas. Ao assinalar que todos nascem com direitos iguais, ainda que biologicamente diferentes, ele parabenizou as senadoras e deputadas responsáveis pela iniciativa de conseguir uma cota mínima para as mulheres nas disputas eleitorais, assim como pela cartilha lançada para auxiliar as candidatas este ano.

Senado homenageia Franco Montoro

No plenário, senadores destacam luta de ex-governador de São Paulo na defesa dos princípios da ética política, da integração latino-americana e da social-democracia

Por iniciativa do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o Senado dedicou ontem os primeiros 60 minutos de sua sessão para homenagear o ex-senador, ex-governador e atual deputado federal Franco Montoro, que está completando 80 anos de idade.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), primeiro orador, destacou que o deputado é um verdadeiro símbolo do Congresso e um exemplo para o povo.

Jáder Barbalho (PMDB-PA) afirmou que um dos maiores méritos de Franco Montoro continua sendo sua coerência política, sempre a favor da democracia. Lembrou que quando as liberdades políticas foram suprimidas ele lutou por seu imediato restabelecimento.

Já Lúcio Alcântara destacou que Franco Montoro é um "missionário da democracia" e um "apóstolo da participação". O senador fez um histórico da atuação de Montoro pela abertura democrática.

Ramez Tebet (PMDB-MS) relembrou sua participação em uma reunião, em São Paulo, juntamente com 10 governadores liderados por Franco



Montoro (ao centro) recebe homenagem, proposta por Lúcio Alcântara (à direita)

Montoro, que ali firmaram o manifesto por eleições diretas.

Coutinho Jorge (PSDB-PA) enalteceu a atuação internacional de Franco Montoro, especificamente sua luta em relação à dívida externa dos países em desenvolvimento.

Carlos Wilson (PSDB-PE) ressaltou que seu partido sempre recorre a Montoro nos momentos de decisão. Íris Rezende (PMDB-GO) afirmou que a luta de Montoro foi sempre para construir um país à altura de nossos sonhos. Lúcio Coelho (PSDB-MS) elogiou toda a carreira política de Franco Montoro. Sérgio Machado (PSDB-CE) afirmou que Montoro é um exemplo a ser seguido. Hugo Napoleão (PFL-PI) disse que Montoro é o "pilar da democracia".

Montoro é citado como "missionário da democracia"

Os senadores Romeu Tuma (PSL-SP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e Artur da Távola (PSDB-RJ) destacaram o papel de Montoro na vida política e apoiaram a homenagem.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), transmitiu a Montoro um abraço de Fernando Henrique. Segundo o senador, Montoro representa, na opinião do presidente, um marco na referência para um futuro "que desejamos mais justo e menos desigual".

Pedro Simon (PMDB-RS) salientou a persistência de Franco Montoro na defesa dos princípios da ética na política, da integração latino-americana, da democracia cristã e da social-democracia.

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), Montoro pode contribuir para estabelecer um diálogo entre o PT e o governo.

Sarney diz que deputado revelou talentos políticos, como FHC

A capacidade de criar equipes e de revelar talentos políticos foi destacada pelo presidente do Senado, José Sarney, como a qualidade que caracteriza Franco Montoro. "Se Fernando Henrique Cardoso é hoje presidente do Brasil, deve-o, sem dúvida, a ter sido recrutado por Montoro", assegurou.

Ao agradecer à homenagem do Senado, Franco

Montoro disse haver orientado sua vida pública pelos princípios da fraternidade e da solidariedade. Ele citou o padre Le Bret, segundo o qual "o importante é que a gente se considere um zé-ninguém a serviço de uma grande causa". Montoro agradeceu a todos os senadores pelo que "talvez seja o momento em que recebi a maior homenagem de minha vida".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciela da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade
 ■ **Editores** - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
 Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal